ARRETADAS EM REDE LIVRES DE MISOGINIA

Redes Livres de Misoginia



ARRETADAS EM REDE

LIVRES DE MISOGINIA



Usuário

★ ★ ★ ★ ★

Login

Realização:
Projeto Arretadas em Rede - Livres de Misoginia
Universidade Federal do Ceará
Universidade de Brasília
Fundação Cetrede
Ministério das Mulheres

Coordenação:
Profa. Dra. Elaene Rodrigues (UnB)
Profa. Dra. Priscila Aquino (UFC)
Profa. Dra. Glícia Pontes (UFC)

Coordenação editorial:
Eulália Camurça
Glícia Pontes

Textos:
Eulália Camurça
Glícia Pontes
Hillary Bastos
Marianne Maia Dutra Balsells
Uly Reis

Identidade visual
Norton Falcão

Design e diagramação:
Bianca D'Ávila
Dara Emilly

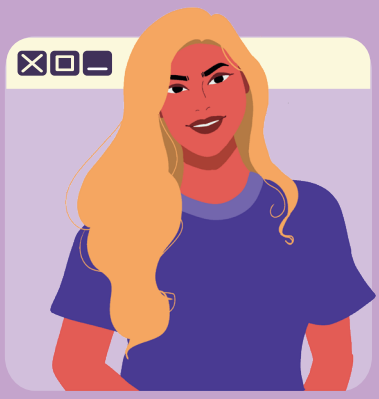
Ilustração:
Blanca D'Ávila

Revisão:
Edimilsia Pires Vasconcelos
Priscila Aquino



PREFÁCIO

Luizianne Lins
Deputada Federal e Presidente da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher



Vivemos um tempo em que as telas se tornaram extensões da nossa vida cotidiana. Acordamos, trabalhamos, nos informamos e nos relacionamos por meio do ambiente digital. O que deveria ser um território de expansão da liberdade e da democracia tem sido sequestrado por uma engrenagem perversa: a misoginia digital.

As mulheres sempre foram e continuam sendo a força motriz que sustenta e transforma este país. Onde há avanço social, justiça e construção de direitos, há a presença, a voz e o trabalho incansável de mentes femininas. No entanto, quanto mais avançamos, mais as estruturas tentam conter nossa autonomia — agora também por meio de ataques coordenados e do ódio que se alastra pelo ambiente digital.

Para combater essa realidade e defender a emancipação das mulheres, surge a iniciativa **Arretadas em Rede**, um projeto que capacita as mulheres a protegerem suas redes, checarem fatos e denunciarem abusos, usando instrumentos legais como a Lei Lola, de minha autoria. A Lei Lola **(Lei nº 13.642/2018)** foi a primeira legislação a inscrever formalmente o termo misoginia no ordenamento jurídico nacional, autorizando a Polícia Federal investigar crimes de ódio contra as mulheres na internet.

Esta cartilha convida as mulheres a investigar o que está oculto nas redes, aprender sobre segurança digital e acessar conteúdos que libertam. O ódio digital lucra com nosso silêncio, mas o conhecimento traz poder quando é compartilhado e transformado em instrumento de liberdade e resistência.

Ao longo das páginas, você encontrará orientações objetivas, conceitos essenciais e caminhos práticos para simplificar o que muitas vezes parece complexo. Cada capítulo foi construído com a sensibilidade de quem entende os desafios reais enfrentados em nosso cotidiano.

Esperamos que esta leitura seja um ponto de partida para fortalecer vozes, ampliar horizontes e inspirar atitudes transformadoras. A tecnologia e a democracia só serão plenas quando forem livres de misoginia.

Boa leitura e excelente jornada!

APRESENTAÇÃO

Nomear as violências é o primeiro passo para reconhecê-las e combatê-las. A palavra misoginia, que significa ódio ou aversão às mulheres, entrou no debate público com força nos últimos tempos.

O motivo principal é a formação de várias redes e canais de conteúdo misógino no ambiente digital. Estes meios têm grandes audiências e causam impactos diretos na vida de meninas e mulheres. São muitas as violências praticadas, da exposição de corpos à violência política de gênero.

Temos o dever de combater esse discurso que muitas vezes sai das telas e ganha vida por meio de agressões concretas ao corpo e à honra das mulheres. Essas violências quando praticadas contra mulheres negras e LGBTQIAPN+ ganham ainda mais força e potencial de viralização, tornando as redes lugares de intolerância e humilhação pública.

Esta é uma luta, sobretudo, política e pedagógica que envolve a construção de um novo olhar sobre o feminino. É preciso abrir caminhos para termos uma sociedade que respeite as diferenças e pratique a equidade de gênero em todas as suas instâncias.

Nesse contexto, surge o Projeto Acadêmico Arretadas em Rede - livres de Misoginia, um projeto que envolve ensino, pesquisa e extensão. Além da criação de um curso em ambiente virtual de aprendizagemA iniciativa é realizada pela Universidade Federal do Ceará, a Universidade de Brasília, a Fundação Cetrede e o Ministério das Mulheres, com recursos provenientes de emenda parlamentar viabilizada pela deputada federal Luizianne Lins. Além de um ambiente virtual de aprendizagem sobre Misoginia Digital com acesso público e gratuito, realizamos formações presenciais para mulheres de diversos grupos sociais e também elaboramos esta cartilha.

Este material pretende revelar o que está por trás desse termo e dessas práticas, por meio de uma linguagem simples e acessível que possa chegar a todas as pessoas.

Desejamos que a sua leitura seja agregadora e que você se some a nós na defesa da vida das mulheres e por um mundo livre de misoginia.

Profas. Elaene Rodrigues (UnB), Glícia Pontes (UFC) e Priscila Aquino (UFC) (Coordenadoras do Projeto Arretadas em Rede - livres de misoginia)

ÍNDICE

O que é misoginia no ambiente digital 12

Comunicação e feminismo 28

Desinformação de gênero 32

Como combater a desinformação de gênero? 35

O que são metadados? 38


Blindagem de contas 40


Dicas de segurança na internet 42

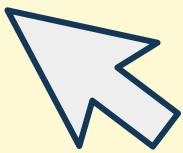

Segurança da rede Wi-fi 43


Como agir em casos de crimes digitais 44


Iniciativas contra a violência digital de gênero no Brasil 50

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2024), a violência digital afeta entre 16% e 58% das mulheres.

Os agressores utilizam diversas ferramentas do dia a dia, como **celulares, computadores, redes sociais, sites de jogos e rastreadores de localização.**



O reflexo dessa violência (discursos de ódio, objetificação e perseguição) tem se tornado cada vez mais sistemáticoa, abrindo um triste caminho para o cenário mais extremo:



A CADA 6 HORAS,
UMA MULHER MORRE
VÍTIMA DE FEMINICÍDIO.

848 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil entre janeiro e julho de 2026.

Por trás de cada número, existe uma vida interrompida pela violência (Brasil, 2026).

O QUE É **MISOGINIA NO AMBIENTE DIGITAL?**

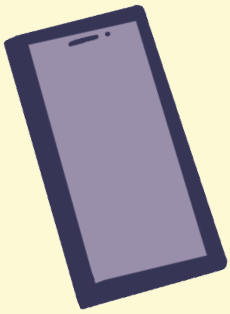
Desde que acordamos até a hora de dormir, estamos constantemente conectadas às telas. Nossos dados pessoais são rastreados e nossos comportamentos são influenciados por algoritmos, que identificam nossas emoções, angústias, rotinas e visões políticas.
Com essas informações, as plataformas nos oferecem soluções e produtos para vender mercadorias o tempo todo, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

A disputa pela nossa atenção se tornou uma fonte de lucro. É nesse contexto que as comunidades da chamada "machosfera" vêm ganhando força. Essa ideologia, que defende a superioridade dos homens, tem sido cada vez mais difundida entre meninos e homens.

Os grupos masculinistas estão presentes nas redes sociais, fóruns, canais de vídeo, podcasts, aplicativos de mensagens e jogos online.

Nesses espaços, divulgam discursos que defendem hierarquias entre homens e mulheres, questionam direitos conquistados e reforçam estereótipos. **Em resumo, defendem a ideia de que os direitos conquistados pelas mulheres representam uma ameaça aos homens.**





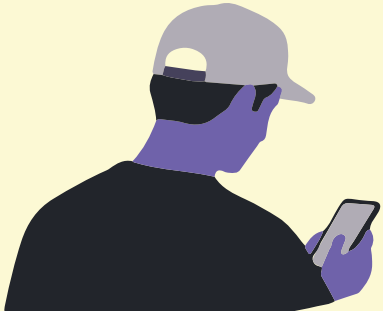
O avanço dos direitos das mulheres, em um contexto de precarização, incertezas sobre o futuro e padrões de consumo difíceis de alcançar, faz com que alguns jovens homens busquem reafirmar sua masculinidade como uma forma de enfrentar o medo.



Esse fenômeno ganha força com o culto ao individualismo e a nostalgia de um passado em que os homens tinham mais poder.

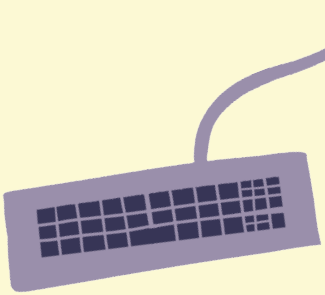


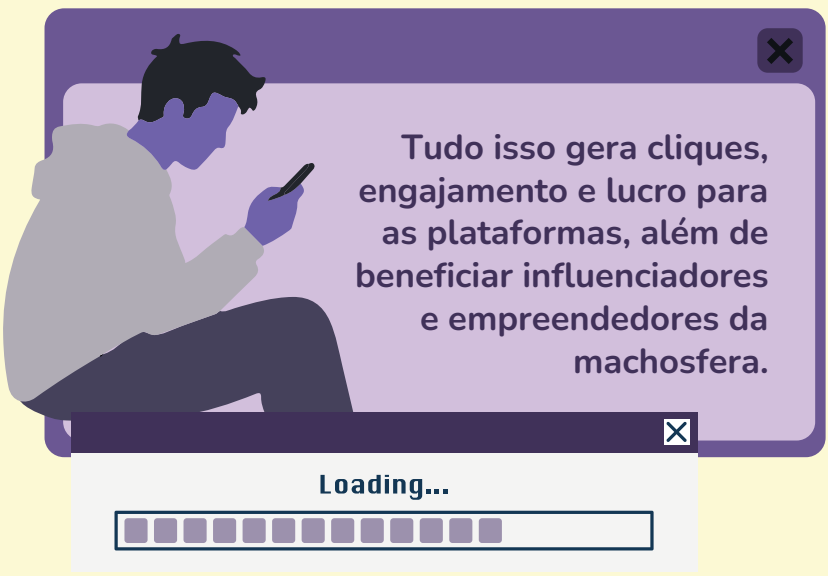




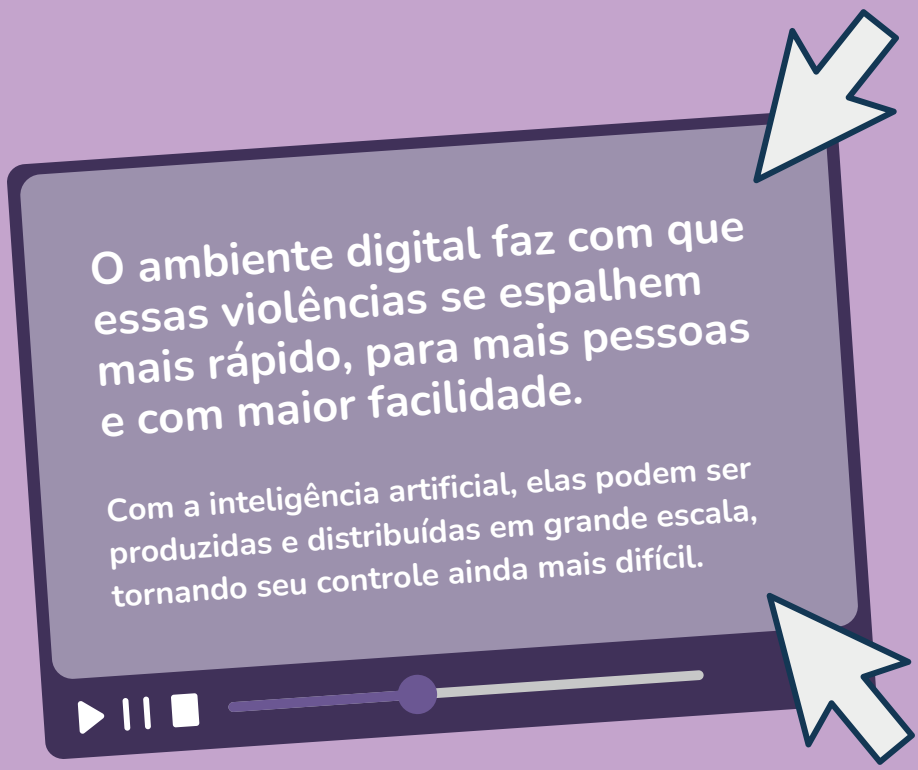


Entre os principais alvos desses discursos estão a Lei Maria da Penha, que é apresentada de forma distorcida como uma lei que prejudica os homens e facilita falsas acusações; a educação sexual, muitas vezes tratada como "doutrinação" ou "sexualização de crianças", ignorando sua importância na prevenção da violência e dos abusos; e os direitos reprodutivos, especialmente o debate sobre o aborto, usado para provocar conflitos e espalhar discursos de ódio contra mulheres e grupos que defendem esses direitos.





Como resultado de um ambiente em que o ódio também gera dinheiro, meninas e mulheres de todas as idades têm sido vítimas de violências online e offline. Seus dados e corpos são expostos sem consentimento, e elas são perseguidas, vigiadas, chantageadas e humilhadas publicamente e em larga escala.





LEIS DE **PROTEÇÃO DIGITAL**

Alguns casos ganham repercussão midiática, geram debates e novas legislações, como ocorreu com o vazamento de imagens íntimas da atriz Carolina Dieckmann. Porém, esse não é um problema apenas das famosas. Somos também nós, nossas filhas, nossas irmãs e amigas que têm sofrido todo tipo de violência digital.

Nos últimos anos, o Brasil avançou no reconhecimento da violência de gênero na internet. Durante muito tempo, muitas violências praticadas no ambiente digital nem eram reconhecidas como crime. Isso começou a mudar com a atuação dos movimentos feministas e com casos que ganharam atenção pública.

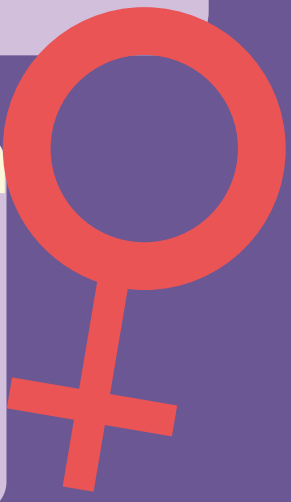
Entre as principais leis que contribuíram para esse avanço estão:

Lei Carolina Dieckmann
Lei nº 12.737/2012

Passou a considerar crime a invasão de dispositivos eletrônicos, como celulares e computadores. Foi uma das primeiras respostas legais à violência digital.

Marco Civil da Internet
Lei nº 12.965/2014

Estabeleceu regras para o uso da internet no Brasil e criou mecanismos para a remoção de determinados conteúdos, além de prever responsabilidades para as plataformas.



Lei Rose Leonel
Lei nº 13.772/2018

Surgiu após um caso real de exposição íntima sem consentimento. A lei reconhece a violência relacionada à divulgação não autorizada de imagens íntimas e mostra como esse tipo de violência pode afetar profundamente a vida pessoal e profissional das vítimas.

Lei Lola
Lei nº 13.642/2018

Ampliou a atuação da Polícia Federal no combate a crimes praticados na internet que envolvem misoginia e violência contra as mulheres.

Lei do Stalking
Lei nº 14.132/2021

Tornou crime perseguir alguém de forma repetida, inclusive pela internet, causando medo, limitando sua liberdade ou invadindo sua privacidade.

Lei de Violência Política de Gênero
Lei nº 14.192/2021

Reconhece a violência política contra as mulheres como uma forma específica de violência e estabelece medidas para preveni-la e combatê-la.

Essas leis representam um avanço importante: mostram que a violência contra as mulheres na internet é uma forma de violência real e precisa ser enfrentada. Mesmo assim, ainda estamos muito desprotegidas e sofremos novas formas de violências todos os dias. As legislações, embora fundamentais, não são suficientes.

É preciso uma transformação política, econômica, cultural e educacional em busca de mais equidade de gênero e enfrentamento da violência contra as mulheres de forma interseccional.

COMO FUNCIONA O **ALGORITMO**

Um dos maiores obstáculos para entender a violência digital é a ideia de que a tecnologia é "neutra". Muitas vezes ouvimos que os algoritmos são apenas cálculos matemáticos e que as redes sociais são apenas ferramentas. Muita gente acha que o computador é totalmente imparcial, mas ele é treinado por seres humanos.



O algoritmo acaba reproduzindo ideias patriarcais, machistas e sexistas, como dar mais visibilidade para homens em certas profissões ou tratar o comportamento feminino de forma diferente.

A lógica de funcionamento dos algoritmos tende a mostrar conteúdos parecidos com aqueles que a pessoa já vê e curte. Assim, quem entra nesses grupos pode deixar de ter contato com opiniões diferentes. Com o tempo, isso pode aumentar a radicalização.

O que começa como uma piada ou comentário sexista pode evoluir para discursos de ódio e, em casos extremos, para a defesa da violência contra as mulheres.





Os sistemas que organizam o que vemos no Instagram, TikTok ou X (antigo Twitter) são desenhados por seres humanos e operam dentro de um modelo de negócio específico. Eles carregam os preconceitos de quem os cria e os dados viciados da sociedade em que vivemos. Se a sociedade é misógina, os dados usados para treinar as máquinas serão misóginos. O resultado será uma tecnologia que reproduz e automatiza essa exclusão.





É AQUI QUE ENTRA O PONTO PRINCIPAL:

como os ataques contra mulheres (misoginia) geram muitos comentários e brigas, o sistema entende que aquele engajamento é "interessante" e espalha para mais pessoas.





Os algoritmos de recomendação aprendem rapidamente que posts de ódio contra mulheres, polêmicas misóginas ou ataques coordenados geram milhares de comentários, compartilhamentos e "curtidas de indignação".



Para a máquina, não importa se o engajamento é positivo ou negativo, importa que haja pessoas conectadas. Assim, o sistema acaba "premiando" o discurso misógino com mais visibilidade, transformando a violência em um produto lucrativo para as grandes empresas de tecnologia.



Um dos discursos mais comuns nesses grupos é a ideia de que **os homens estão sendo perseguidos e perderam espaço na sociedade.** Para reforçar essa visão, espalham a ideia de que o Estado, as leis e as instituições são controlados pelo feminismo e agem contra os homens.

Esses grupos **não funcionam** de forma isolada.

Eles estão conectados e podem usar as redes sociais para organizar e espalhar ataques contra mulheres. O preconceito e a humilhação são muitas vezes apresentados como “brincadeira” ou “humor”, tornando a violência mais fácil de ser aceita.



O ódio produzido nessas bolhas não fica apenas na internet. Ele também pode ser usado para atacar leis, políticas públicas e direitos das mulheres. A machosfera espalha informações falsas ou distorcidas para colocar em dúvida políticas de proteção e igualdade.

Muitas vezes, o objetivo é silenciar. O volume de ataques pode provocar medo, estresse e insegurança, levando a mulher a deixar de falar sobre determinados assuntos ou até mesmo a abandonar as redes sociais.

O anonimato, a facilidade de compartilhar conteúdos e a pouca fiscalização também podem facilitar essas agressões. Dessa forma, a violência contra as mulheres pode ser normalizada e usada para espalhar ainda mais discursos de ódio.


CICLO DO ÓDIO
1
As plataformas lucram mantendo você conectada por mais tempo.
2
Ataques e polêmicas geram interação e ganham destaque.
3
Para o algoritmo, qualquer interação conta como sucesso.
4
Conteúdos que causam raiva costumam prender mais atenção.
5
Quanto mais engajamento, maior a distribuição do conteúdo.

COMUNICAÇÃO **E FEMINISMO**

Como a gente tá vendo, o contexto digital revolucionou ainda mais a forma como nos comunicamos trazendo muitas questões para os direitos das mulheres. Importante também a gente lançar o olhar sobre outro aspecto: a internet facilitou o fluxo de informação, ampliou as vozes, mas ainda manteve os meios nas mãos de poucos empresários e com uma lógica que não é transparente deixando muitas vezes os usuários em vulnerabilidade.

Diante deste cenário, é preciso lembrar que este vai e vem de dados integra o direito à comunicação, direito fundamental previsto nos mais importantes documentos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos:



“Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de ter opiniões sem interferência e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948)

Diversos órgãos internacionais recomendam que os meios de comunicação considerem o impacto dos estereótipos de gênero. Eles também alertam contra propagandas que estimulam a violência ou a discriminação.

Além disso, movimentos feministas e diferentes grupos políticos criticam bastante a concentração de poder na mídia e as opiniões tendenciosas dos canais tradicionais. Por isso, que tal conhecer alguns projetos de comunicadoras que criam conteúdos com foco feminista?



Capire é uma ferramenta de comunicação criada em 2021 para ecoar as vozes das mulheres em movimento, visibilizar as lutas e processos organizativos nos territórios, fortalecer referências locais e internacionais do feminismo popular, anticapitalista e antirracista. Os textos e materiais multimídia de Capire se organizam em seis eixos temáticos: movimento, economia feminista, justiça ambiental, soberania alimentar, desmilitarização e autonomia.

Link: https://capiremov.org/

A Revista AzMina é um veículo jornalístico focado na cobertura de temas diversos com recorte de gênero. No entanto, não se trata a mulher como uma categoria universal, considerando-se sempre as perspectivas de raça/etnia, classe, orientação sexual e identidade de gênero. A cobertura inclui homens trans, transmasculinos e pessoas não binárias. Trazem-se ao debate público vozes de diversas raças, classes, ideologias, orientações sexuais e gêneros.

Link para a matéria: https://azmina.com.br/revista-azmina/ - Revista AzMina - AzMina

Catarinas é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que transforma o jornalismo em força de mudança. Une jornalismo independente, formação socioeducativa e incidência política para enfrentar desigualdades e defender os direitos humanos sob uma perspectiva feminista, antirracista e interseccional.

Suas ações incluem: jornalismo independente, feminista, antirracista e orientado pela ética dos direitos humanos; projetos socioeducativos focados em educomunicação, formação popular e fortalecimento de lideranças feministas e LGBTQIA+; campanhas e articulações de incidência, conectando dados, evidências e experiências para influenciar políticas públicas e práticas institucionais; e atuação em redes e coalizões nacionais e internacionais nos campos do jornalismo e dos direitos humanos.

Link: https://catarinas.info/sobre-nos/



DESINFORMAÇÃO **DE GÊNERO**

Como a gente já viu, a evolução da tecnologia criou diferentes meios de integração social, mas também trouxe novos perigos. A falta de acesso ao mundo digital aumenta as desigualdades. Além disso, essa barreira impede que mulheres em situação de vulnerabilidade consigam informações confiáveis ou canais para denunciar abusos.

Outra questão que contribui para a disseminação de desinformação na internet é a falta de transparência das empresas donas das redes sociais. Afinal, nem sempre há transparência sobre as fontes de financiamento e os objetivos políticos. Por isto, é tão importante que movimentos comunitários se organizem para criar coletivos de comunicação, inclusive para combater a desinformação espalhada pelas grandes redes.

Além do trabalho feito pelos meios de comunicação, é preciso também que quem utiliza as redes tenha acesso ao que se chama de educação midiática para promover olhar crítico sobre os conteúdos que recebe.

Esta educação inclui:

Incentivo ao questionamento:
Estimula crianças e adolescentes a analisarem com criticidade as imagens e histórias de filmes, jogos, livros e anúncios.

Enfrentamento de estereótipos:
Ajuda na análise das representações de gênero e permite identificar e combater preconceitos diretos ou sutis.

Análise de presença e papéis:
Promove atividades para debater quem aparece ou é excluído na mídia, além de quais funções cada gênero ocupa nas produções.

Comparação e reflexão:
Compara como homens e mulheres surgem nos conteúdos que os jovens consomem no dia a dia.

A EDUCAÇÃO MIDIÁTICA É ESSENCIAL PARA:



Estimular a leitura crítica das mensagens e ajuda a entender como os ambientes virtuais funcionam, identificando estereótipos, preconceitos e violações de direitos.

Incentivar a responsabilidade no momento de criar e compartilhar conteúdos.

Promover a participação em ações que estimulam a autoestima, a aceitação, o respeito e a igualdade de gênero.

COMO COMBATER A **DESINFORMAÇÃO DE GÊNERO?**

A inteligência artificial (IA), torna o cenário de desinformação ainda mais grave. Estudos da Unesco comprovam que as ferramentas de IA repetem e aumentam preconceitos. Elas associam as mulheres à rotina doméstica e à família, enquanto ligam os homens à carreira e ao sucesso financeiro, que reflete uma visão de mundo desigual. Por isso, precisamos de um olhar atento para evitar que a tecnologia do futuro repita os erros do passado.

A partir do letramento de gênero ganhamos lentes para ver melhor inclusive as desigualdades nas próprias empresas de tecnologia, cuja propriedade e comando são ocupados principalmente por homens. Isso nos mostra como a IA também pode fortalecer entendimentos de mundo desiguais.

Com alguns cuidados, você pode ajudar a criar espaços seguros, com olhar atento para evitar que o futuro tecnológico repita erros do passado. Tudo começa por você! Veja este passo a passo:



GUIA PRÁTICO PARA COMBATER A DESINFORMAÇÃO

ESCUDO DE VERIFICAÇÃO (Identificar)

Analise o sensacionalismo e a linguagem: Desconfie de títulos chamativos e conteúdos com forte carga emocional ou afirmações vagas.

Valide fontes e fatos: Utilize meios oficiais, compare múltiplas fontes idôneas e consulte agências especializadas em checagem.

Cuidado com mídias manipuladas: Verifique a autenticidade e o contexto original de imagens e vídeos antes de acreditar.

RESPONSABILIDADE DIGITAL (Agir)

- **Pause antes de compartilhar:** Crie o hábito de analisar os detalhes além do título antes de repassar qualquer informação.
- **Denuncie conteúdos suspeitos:** Comunique casos de desinformação e discurso de ódio diretamente às autoridades ou plataformas.
- **Promova o pensamento crítico:** Incentive o ceticismo saudável e a educação midiática dentro da sua comunidade digital.



Com cuidado, é possível exercer o direito à comunicação para fortalecer e proteger os direitos das mulheres!



O QUE SÃO **METADADOS?**

Agora vamos falar sobre práticas de segurança? Você sabia que as fotos também podem carregar informações que não aparecem na imagem? Dados como a data, o local e o aparelho usado. Estas informações são chamadas de metadados.

Por exemplo, quando a localização está ativada na câmera, a foto pode registrar o local onde foi tirada. Se essa imagem for compartilhada, essas informações podem ser acessadas por outras pessoas.

Por isso, é importante saber quais informações e funções os aplicativos podem acessar no celular. A seguir, vamos mostrar como verificar, permitir ou bloquear as permissões dos aplicativos, ajudando você a ter mais controle sobre sua privacidade e seus dados.

PASSO A PASSO:
PERMISSÕES DE APLICATIVOS:

No aparelho celular Android

1. — Abra “Configurações” ìcone de engrenagem na tela inicial
2. — Toque em “Aplicativos” Lista todos os apps instalados
3. — Clique no nome do aplicativo
4. — Toque em “Permissões” Veja o que o app acessa e desative o que não precisa

No aparelho celular Iphone (IOS)

1. — Abra “Ajustes” Ícone cinza com engrenagem
2. — Role até o nome do app
3. — Revise as permissões, ative ou desative o que desejar com o botão verde/cinza



Lembre-se: conceda apenas as permissões necessárias para o app funcionar corretamente.

BLINDAGEM **DE CONTAS**



As senhas podem ser descobertas por golpes, páginas falsas, computadores infectados ou por serem fracas. Por isso, é importante criar senhas fortes e usar a autenticação em duas etapas.

Dicas na criação de senhas fortes:

RECOMENDAÇÕES	POR QUE SEGUIR?	EVITAR	ADOTAR
Evitar palavras de dicionário	72% a 74% das senhas são baseadas em palavras, facilitando ataques automatizados.	"Arretada123*"	Combinações aleatórias como "9q7FZ!OTkE".
Não usar dados pessoais	Muitos usuários incluem nomes, e-mails, telefones ou datas de nascimento.	86001234 5 (telefone) Maria1902199 3 (data)	Senhas sem relação com sua identidade
Focar na complexidade real	Apenas 2,58% usam símbolos. O uso de caracteres especiais aumenta a força da senha	Maria123 (previsível)	Senha!#2024" ou usar diacríticos como "ã, ç"*
Fugir de padrões	Sequências e repetições são as primeiras a serem testadas por invasores.	"1234500", "1q2w3e" (padrão de teclado), "Pass121212" (repetição)	Adotar gerenciadores de senha e Autenticação de Múltiplos Fatores (MFA)
Não reutilizar senhas	39% dos usuários usavam senhas já vazadas anteriormente.	Usar a mesma senha do e-mail em redes sociais ou apps de carro	Alterar suas senhas

Para avaliar a segurança de uma senha, podemos usar a ferramenta Bitwarden, que analisa o nível de força e ajuda a criar combinações mais longas e difíceis de adivinhar.

Tem mais algumas dicas para ajudar na criação de senhas. Veja o passo a passo para ativar a autenticação em duas etapas:

WhatsApp

Caminho: Configurações > Conta > Confirmação em duas etapas

Ative o recurso para exigir um PIN sempre que seu número de telefone for registrado no WhatsApp novamente.

Instagram

Caminho: Configurações > Central de Contas > Senha e Segurança > Autenticação de dois fatores

Escolha o método de verificação de sua preferência (App de autenticação ou SMS) dentro da central unificada da Meta.

Facebook

Configurações e Privacidade > Configurações > Central de Contas > Senha e Segurança > Autenticação de dois fatores

Gmail

Minha Conta Google > Segurança > Verificação em duas etapas



DICAS DE SEGURANÇA **NA INTERNET**

Na internet, também precisamos tomar alguns cuidados para proteger nossa privacidade. Além de controlar as permissões dos aplicativos como vimos anteriormente, é importante ter atenção ao compartilhar imagens nas redes sociais, pois elas podem revelar informações pessoais que não percebemos.

Antes de publicar uma foto

- [ ] A foto mostra onde estou?
- [ ] É possível identificar o local que frequento?
- [ ] A imagem revela minha rotina ou hábitos?
- [ ] Há informações pessoais ou detalhes que não deveriam ser públicos?
- [ ] A localização está ativada no aplicativo?
- [ ] Se eu fizer um check-in, já saí do local?

Lembre-se: Evite publicar sua localização em tempo real. Se quiser fazer um check-in, prefira publicar depois de sair do local.

SEGURANÇA DA **REDE WI-FI**



Você sabia que é possível invadir uma rede wi-fi para ter acesso a dados ou monitorar alguém?

A primeira coisa que você deve saber é que redes wi-fi de ambientes públicos costumam ser mais inseguras. A segunda coisa é que você pode proteger sua rede de wi-fi doméstica (aquela que você usa em casa).

As principais formas de proteger sua rede são:

- Trocar a senha do roteador (se você nunca trocou, ela pode ser uma senha genérica como “admin”, igual para vários dispositivos, o que facilita a invasão);
- Verificar quem está usando a sua rede Wi-Fi;
- Atualizar o sistema do roteador;
- Desativar o acesso remoto (Isso impede que pessoas de fora da sua casa acessem seu roteador pela internet).

COMO AGIR EM CASOS DE **CRIMES DIGITAIS**

DENÚNCIA DE CRIMES DIGITAIS

Assim como em crimes fora da internet, para denunciar é extremamente importante reunir provas. Desse modo, antes de bloquear alguém ou denunciar lembre-se disso:



Faça prints de todas as mensagens, comentários, perfis e postagens ofensivas;



Salve também a URL (endereço) do conteúdo ofensivo na barra do navegador;

Anote data e hora de cada ocorrência;



Guarde os prints em nuvem (Google Drive, e-mail) e em um dispositivo de confiança;

Não delete as mensagens antes de guardar as provas.


IMPORTANTE
A ata notarial, um tipo de registro em cartório, também pode ser utilizada para garantir que as provas reunidas são verdadeiras, caso o autor exclua os conteúdos da internet.
OK

EXISTEM **DOIS TIPOS DE DENÚNCIAS** E É IMPORTANTE DIFERENCIÁ-LAS:

1. **Denúncia de publicações, comentários e mensagens nas redes sociais -** Esse tipo de denúncia não é direcionada para a justiça do país, mas sim para as plataformas das redes sociais. Ela ajuda a interromper o ciclo de violência ao possibilitar a análise e remoção de publicações e comentários das redes sociais pelas plataformas, ao indicar que aquele conteúdo é inadequado.


RELATAR



2 **Denúncia formal -** Este tipo é direcionado para a justiça do Brasil. Podem ser realizadas nos seguintes locais:

Casa da Mulher Brasileira

Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, da associação civil Safernet Brasil: new.safernet.org.br/denuncie

Ligue 180 - Número gratuito com denúncia para todos os tipos de violência contra a mulher.

Promotorias Especializadas em Gênero

Delegacias virtuais (alguns estados possuem sites para denúncia formal).

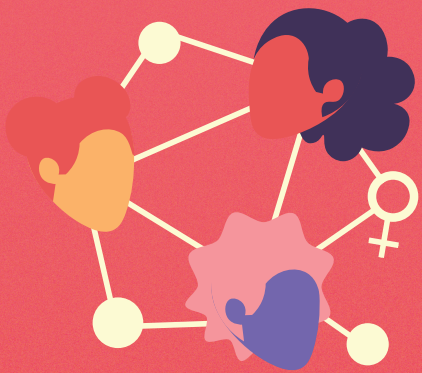


INICIATIVAS CONTRA A VIOLÊNCIA DIGITAL DE **GÊNERO NO BRASIL**



ORGANIZAÇÃO

SaferNet Brasil	new.safernet.org.br
Maria d'ajuda	https://mariadajuda.org/
Instituto AzMina	www.institutoazmina.org.br
Instituto Patrícia Galvão	agenciapatriciagalvao.org.br
Coding Rights	codingrights.org
Tamo Juntas	tamojuntas.org.br
Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA)	cfemea.org.br
ONU Mulheres Brasil	onumulheres.org.br
Projeto Justiceiras	https://www.justiceiras.org.br/



Fundação Cetrede
Universidade Federal do Ceará
UnB
Ministério das Mulheres
Governo do Brasil
Do lado do povo brasileiro